

023.958/2014-6

Natureza: Concessão de Aposentadoria

Órgão: Departamento de Órgãos Extintos (Depex/SE/MP)

Interessado: Carlos Eduardo Brasileiro

Advogado constituído nos autos: Não há

010.450/1997-1

Natureza: Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.

Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Responsáveis: Antonio Carlos de Miranda Milet; Edison Raposo Nogueira; Luiz Eduardo Conde; Omar da Silveira Filho; Prodestec - Projetos e Desenvolvimento Tecnico Ltda; Roberto Hempel; Roberto Teixeira; Álvaro Martins Bisnetto.

Embargantes: Omar da Silveira Filho; Antonio Carlos de Miranda Milet.

Advogado constituído nos autos: não há.

018.007/2014-7

Natureza: Aposentadoria

Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho

Interessado: Danton de Almeida Segurado

Advogado constituído nos autos: não há.

022.167/2014-5

Natureza: Aposentadoria

Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP

Interessados: Ione de Souza Gomes; Lourdes Ana de Sá; Maria Lúcia Almeida Ramos; Raimundo Arcanjo Ribeiro; Samuel Braga Junior

Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

017.134/2014-5

Natureza: Pensão Militar.

Unidade: Terceira Região Militar do Comando do Exército.

Interessada: Rita Rigon de Souza.

Advogado constituído nos autos: não há.

012.487/2012-0

Natureza: Embargos de Declaração.

Embargante: Manuel Furtado Neves.

Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Distrito Federal e Entorno.

Advogado: Sebastião Azevedo Júnior (OAB/DF 36.662).

025.172/2013-1

Natureza: Tomada de Contas Especial.

Responsável: Carlos Frederico de Lemos Moreira Lima.

Entidade: Município de Panelas/PE.

Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.

Advogado constituído nos autos: não há.

018.543/2014-6

Natureza: Tomada de Contas Especial.

Responsável: Manoel Farias Vidal.

Entidade: Município de Itaguatins/TO.

Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Tocantins - Secex/TO.

Advogado constituído nos autos: não há.

012.231/1999-1

Natureza: Prestação de Contas.

Responsáveis: Fernando Onofre Batista da Costa, Presidente, e Antônio Xerxers O'Dena Tavares, substituto do Presidente.

Entidade: Conselho Regional de Representantes Comerciais no Rio Grande do Sul - Core/RS.

Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

007.523/2008-0

Natureza: Tomada de Contas Especial

Entidade: Associação Nacional de Sindicatos Social Democratas - SDS

Responsáveis: Antônio Sérgio Torquato; Enilson Simões de Moura; Humberto Carlos Parro; Raimundo de Sousa; Sônia Maria José Bombardi; Associação Nacional de Sindicatos Social Democratas - SDS

Advogados constituídos nos autos: Nilton Stachissini (OAB/SP 79.671); Diego Ricardo Marques (OAB/DF 30.782).

037.243/2011-0

Natureza: Tomada de Contas Especial.

Responsáveis: Antônio Ferreira Nunes; Edivaldo Manuel dos Santos; José Gonçalo de Souza Moreira e Marpel Engenharia Ltda.

Entidade: Município de Pirai do Norte - BA.

Advogado constituído nos autos: não há.

026.411/2014-8

Natureza: Tomada de Contas Especial

Entidade: Município de Cariús/CE

Responsável: Pedro Leandro Neto

Advogado constituído nos autos: não há.

010.084/2010-0

Assunto: Aposentadoria.

Órgão: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha

Interessados: Alberto Gomes; José Reis Barata; João Carlos dos Santos Lima e Roberto do Nascimento

Advogado constituído nos autos: Ricardo Viana Ramos Fernandez, OAB/RJ 28.681, e outros.

Em 30 de janeiro de 2015

ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS

Subsecretária

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PORTARIA Nº 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2015

Approva o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71, resolve, ad referendum da Mesa:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014, na forma dos Anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE EDUARDO ALVES

ANEXO		
UNIÃO - PODER LEGISLATIVO		
CÂMARA DOS DEPUTADOS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Janeiro/2014 a Dezembro/2014)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.776.636.355,73	42.550.000,00
Pessoal Ativo	2.453.485.024,78	33.050.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.323.151.330,95	9.500.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	523.628.322,05	39.500.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	19.451.139,23	6.500.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	24.000.193,82	33.000.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	480.176.989,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.253.008.033,68	3.050.000,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	3.256.058.033,68	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	VALOR	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	641.578.197.000,00	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (1,210000%)	0,507508	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,149500%)	7.763.096.183,70	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (1,089000%)	7.374.941.374,52	
Fonte: SIAFI, MF/STN, 12/jan/2015.	6.986.786.565,33	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015013000190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.